

CORREIO ECONÔMICO



Relatório aponta potencial do Nordeste

Nordeste pode ser fundamental no progresso

O Nordeste tem 80% dos seus 54 milhões de habitantes formada por jovens e pessoas em idade ativa. Por conta disso, a região pode desempenhar papel fundamental no progresso do país. A avaliação consta do relatório do Banco Mundial Rotas para o Nordeste: Produtividade, Empregos e Inclusão, divulgado no início do mês.

Na avaliação do Banco Mundial, a região tem potencial de ampliar a geração de empregos e diminuir a desigualdade em relação a regiões mais ricas do país se focar em indústrias em crescimento, como manufatura e serviços, para oferecer empregos de melhor qualidade, além de impulsionar os investimentos em infraestrutura por meio de parcerias público-privadas.

Avanços em capital humano

De acordo com o relatório, o Nordeste apresentou, nos últimos anos, avanços importantes em capital humano, com aumentos de escolaridade especialmente entre os jovens. Porém, a região enfrenta obstáculos para converter esses resultados em melhorias no trabalho e na renda. Na região, a parcela de trabalhadores com diploma universitário aumentou de 9,1% em 2012 para 17% em 2023.

Agência Brasil



Potencial eólico é um dos destaques

Transição energética

Apesar do crescimento na qualificação dos trabalhadores, a criação de empregos, apontada como o caminho mais seguro para sair da pobreza, enfrenta dificuldades, especialmente relacionadas às taxas de desemprego e a informalidade. Entre 2012 e 2022, a taxa de desemprego ficou em 12% e a informalidade em 52%, percentuais superiores às de outras regiões do Brasil. Por outro lado, o documento destaca que a região também impulsiona a transição energética do Brasil, produzindo 91% da energia eólica do país e 42% da energia solar.

Motor dinâmico

“O capital humano e a abundância de recursos naturais, se efetivamente alavancados por meio de um crescimento mais rápido e da geração de empregos de alta qualidade, podem transformar o Nordeste num motor dinâmico para o desenvolvimento futuro do Brasil, abandonando, de vez, seu legado histórico de região defasada”, aponta o documento.

POR
MARTHA IMENES

Melhores empregos

O aprimoramento dos sistemas de intermediação de mão de obra para conectar pessoas a vagas, o foco em indústrias em crescimento, como manufatura e serviços, são apontados como caminhos para oferecer empregos de melhor qualidade, prossegue o relatório do Banco Mundial.

Mulheres

O Banco Mundial também propõe a criação de políticas para apoiar mulheres e grupos marginalizados, tornando o mercado de trabalho mais inclusivo.

A taxa de participação feminina na força de trabalho do Nordeste é de apenas 41%, em comparação com 52% no restante do país.

Empreendedorismo

Além disso, o documento afirma que é necessário estimular o empreendedorismo e atrair investimentos para dar maior dinamismo ao ambiente de negócios. Entre as recomendações estão a simplificação de procedimentos de abertura de empresas e rotinas administrativas; o fomento à concorrência.

Menor dependência

Destaca também a redução da dependência de subsídios fiscais que, segundo a publicação, tendem a diminuir a produtividade e concentrar mercados. Outro ponto destacado é acelerar a modernização da infraestrutura, o que exige investimentos em rodovias, ferrovias e redes digitais; além de melhorias em água e saneamento.

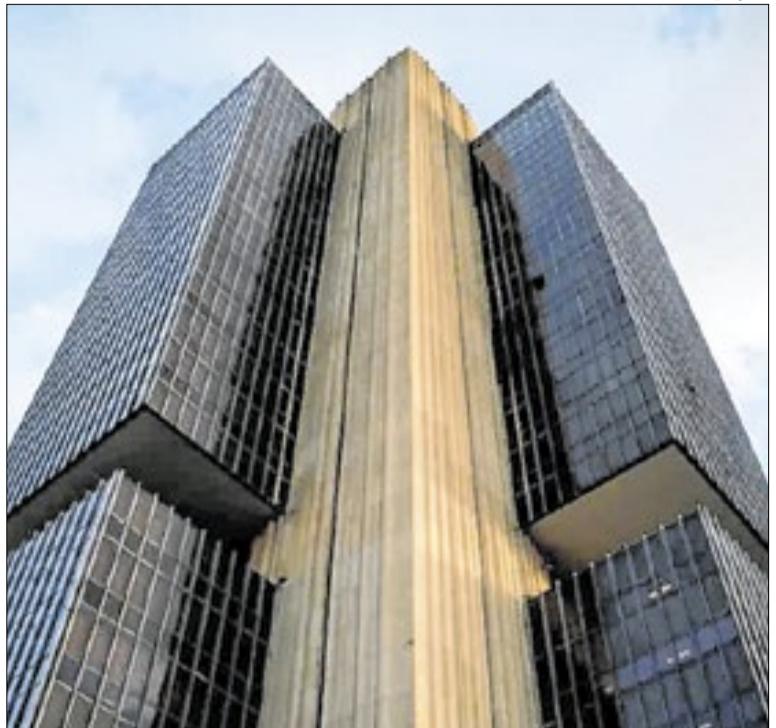
Setor privado

Também será necessário assegurar planejamento cuidadoso e fiscalização para que os projetos tenham impacto positivo, prossegue o relatório sobre o Nordeste.

Para ajudar a financiar e executar grandes projetos, o relatório incentiva a participação do setor privado por meio de parcerias bem desenhadas.

Economia

A economia do Nordeste brasileiro vive um momento de aceleração, com PIB projetado para crescer 2,3% em 2025, superando a média nacional. A soma das atividades dos estados nordestinos representam cerca de 13,8% a 14% do PIB brasileiro, se destacando em serviços, turismo, agropecuária e energia renovável.



Banco central apertou as regras de fiscalização

Governo aperta regras para fundos de pensão

Norma visa regular marco dos fundos de investimento

Por Martha Imenes

corporativa e educação previdenciária de cada regime.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou uma resolução que aperta as regras para investimentos de fundos de pensão de servidores públicos da União, estados e municípios. Segundo o Ministério da Fazenda, a norma visa a adequar a regulação ao novo marco dos fundos de investimento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A proposta foi discutida, antes, em grupo de trabalho coordenado pelo Ministério da Previdência Social, com a presença de entidades representativas do setor, e entra em vigor em 2 de fevereiro, para dar tempo de adaptação das políticas de investimentos.

“Considerando que esses regimes administram aproximadamente R\$ 365 bilhões em investimentos, a regra busca promover maior eficiência e segurança na gestão das aplicações dos RPPS [Regime Próprio de Previdência Social], incentivando boas práticas de governança e conferindo maior proteção a seus beneficiários, que representam cerca de 5,1 milhões de servidores ativos e 4,2 milhões de aposentados e pensionistas”, diz a Fazenda.

Com a nova norma, segundo a pasta, são introduzidos diversos aprimoramentos na governança, com destaque para a vinculação de limites de alocação aos níveis de certificação Pró-Gestão RPPS, que atestam a qualidade na gestão em controles internos, governança

“Essa medida funciona como um incentivo ao fortalecimento da estrutura de gestão dos RPPS e à busca por níveis mais elevados de certificação, na medida em que condiciona o acesso a ativos de maior risco e sofisticação ao grau de maturidade institucional atingido”, afirma em nota Fernando Rieche, coordenador-geral de Reformas Microeconômicas e Mercado de Capitais do Ministério da Fazenda.

A pasta também destaca que a nova regra reforça a governança institucional, com a definição clara de atribuições de órgãos como comitê de investimentos e conselho fiscal, exigência de responsável técnico qualificado e credenciamento obrigatório para administradores, gestores e distribuidores de fundos.

“Adicionalmente, fortalece a gestão de riscos, amplia a transparência quanto às remunerações e aos registros de transações, bem como estabelece vedações expressas a determinados tipos de investimentos. Também foram aprimorados padrões relacionados à intermediação nos investimentos dessas entidades, limites de alocação por emissores e de concentração no patrimônio líquido de fundos de investimento”, afirma a Fazenda.

A norma também introduz a necessidade de observar aspectos relacionados à sustentabilidade ambiental e social da carteira de investimentos, além de avaliar e dar transparência sobre os seus impactos para a sociedade.